

## OS NOVOS CONFLITOS SOCIAIS

### PARA EVITAR MAL-ENTENDIDOS\*

ALAIN TOURAINE \*\*

Prefiro aqui desligar-me o máximo possível de uma situação histórica global para fazer com que apareçam “fatos portadores de futuro”. O perigo desta posição é evidente. Ninguém imagina que uma sociedade nacional qualquer seja já efetivamente sociedade pós-industrial. E a hesitação a respeito do nome deste tipo de sociedade mostra com clareza que não se pode ainda defini-lo diretamente a partir do interior. Alguns podem temer que nos lancemos na sociologia-ficção. O perigo na realidade é inverso. Todos aqueles que se interessam pela transformação das sociedades industriais estão bem cientes de que sua visão é geralmente muito limitada: para não caírem nas armadilhas da imaginação permanecem excessivamente presos à

\* Este artigo é parte integrante do livro *Le retour de l'acteur*, que trata das novas representações da vida social, da necessidade de se repensar as ciências sociais e de uma renovação do pensamento social a partir da formação de novos atores e de uma organização capaz de agir mais diretamente sobre as condutas e as relações sociais. Para Touraine, a vida social não mais pode ser entendida como manifestação de exigências funcionais, mas como um processo de constante invenção através de conflitos e negociações e das regras da vida coletiva.

\*\* Capítulo do livro *Le retour de l'acteur*, Fayard, Paris, 1983. Tradução de Marili da Cunha Bezerra.

realidade industrial. Um exemplo basta para se compreender este perigo: fala-se muito do papel cada vez mais dominante das sociedades multinacionais. Mas esta observação prática não nos ajuda a definir uma sociedade pós-industrial e o que a contrapõe a uma sociedade industrial, pois estas empresas pertencem a tipos históricos extremamente diversos, desde as companhias de tipo colonial até a IBM, que se baseia na tecnologia moderna da informação.

É preciso, portanto, aceitar certos riscos para se evitar outros. Não se deve procurar isolar num setor particular da realidade social, como por exemplo, no dos conflitos, "tendências" supostamente modernas. É preciso ligar o tema estudado o mais diretamente possível aos aspectos mais centrais de um tipo societal; e entregar-se então a um exercício muito especial: afastar-se o máximo possível da organização social e de seu funcionamento para constituir um esquema de análise que implique certas conseqüências para um determinado âmbito da realidade social. É por este motivo que me limitarei aqui a apresentar quatro propostas gerais que definem a natureza dos conflitos sociais numa sociedade nova.

### NUMA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL, OS CONFLITOS SÃO GENERALIZADOS

Esta sociedade vê desaparecerem simultaneamente o sagrado e o tradicional. Este tema certamente não é novo e nem deve sê-lo. A idéia de sociedade pós-industrial só intervém aqui como forma renovada, e mais consciente de si mesma, do velho tema da industrialização ou mesmo da modernização.

As reivindicações sociais foram desarticuladas no passado pelo fato de que combatiam sempre um adversário social real mas que também recorriam ao representante de uma ordem meta-social. O trabalhador dependente combate seu senhor, proprietário da terra ou comerciante, mas recorre à justiça do padre ou do rei. O operário combate o capitalismo, mas o socialismo é também convocação a um Estado nacional, agente quase "natural" do desenvolvimento histórico. Mais ainda, todo movimento social, agente de conflito, sempre vinculou sua ação de oposição à imagem de uma comunidade reunificada que

permitisse a expansão do homem, o livre desenvolvimento das forças produtivas, a realização da unidade nacional, a defesa do bem comum etc. Os conflitos, pelo menos os fundamentais, os menos negociáveis, foram geralmente associados à imagem de uma natureza social liberada de conflitos, encarnação na ordem social de uma ordem meta-social. Ao mesmo tempo, cada sociedade mantinha um setor reservado, ao abrigo dos conflitos sociais. Não vivemos ainda o tema sagrado da ciência, domínio reservado da sociedade industrial, reclamado tanto pela direita e pela esquerda, como por capitalistas e socialistas?

Não apenas o sagrado desaparece, como é cercado por conflitos fundamentais: no lugar de um mundo superior de unidade, passa-se a girar em torno dos conflitos sociais.

Um aspecto simbólico desta generalização dos conflitos é o desaparecimento do sonho da sociedade sem classes e sem conflitos. No interior do mundo socialista cada passo à frente parece afastar mais a comunidade final. Os conflitos de classes, como já foi dito na China, mantêm-se na sociedade socialista: na França fala-se apenas de sociedade de transição ao socialismo.

A contrapartida deste desaparecimento do sagrado é o desaparecimento da tradição, ou seja, além do que é transmitido do passado, das regras de organização social e cultural fundadas sobre a manutenção ou a sobrevivência da coletividade: desaparecimento dos sistemas de troca, decomposição dos sistemas de parentesco, implosão das comunidades, enfraquecimento ou crise dos mecanismos de reprodução social. O ensino era reconhecido como agente de transmissão de uma determinada herança cultural e ao mesmo tempo como mecanismo de adaptação às transformações profissionais e sociais. A primeira dessas funções se enfraquece brutalmente e surgem reivindicações contra um ensino que aparece ao mesmo tempo como arcaico e como agente de inculcação das normas dominantes. Este exemplo, por demais conhecido para ser longamente apresentado, é importante porque mostra a penetração dos conflitos num imenso domínio que parecia até então alheio aos conflitos sociais, o da "vida privada": família, educação, relações sexuais.

O declínio do sagrado e da tradição, generalização dos conflitos, enfraquece progressivamente, e freqüentemente de maneira espetacular, o papel da *intelligentsia*, definida como o conjunto das pessoas instruídas que servem de mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e este.

Uma sociedade pós-industrial tende a ser uma sociedade de massa, ou seja, a realizar uma “mobilização” cada vez mais generalizada da população. O desenvolvimento rápido das informações e das comunicações, que é próprio da sociedade pós-industrial e que não o era na sociedade industrial, enfraquece o papel dos intermediários. A idéia, difundida pelo leninismo e de maneira muito mais extrema pela maioria dos movimentos nacionalistas e revolucionários do Terceiro Mundo, de que as reivindicações sociais precisam ser assumidas por um partido político para saírem da dependência em que se encontram, parece já muito em atraso com relação à prática das sociedades industrializadas. Embora os movimentos de base e o apelo à espontaneidade tenham outras causas e por este motivo possam ser fenômenos de curta duração, parecem ser um dos sinais de uma transformação mais duradoura: a re-aproximação entre a base social de uma ação coletiva e suas formas de ação ao nível societal. Esta observação não dispensa absolutamente as formas do sistema político mas indica o declínio do partido mediador. A reivindicação questiona diretamente as determinações gerais da sociedade, tanto quando esta reivindicação é trazida por um grupo de interesses reformistas, como quando ela é a ação de uma força revolucionária. É isto que explica também que o poder seja cada vez mais sensível à “opinião pública”: esta expressão um tanto vaga indica na realidade um conjunto de grupos de pressão, de interesses, de conflitos, cada vez mais autônomos.

Esta sensibilidade pode vir acompanhada, da parte do poder, de um sentimento de insegurança e, conseqüentemente, do desenvolvimento cada vez mais rápido de propagandas, de repressões ou de controles ideológicos: mas pode também conduzir à descentralização das decisões.

Este confronto do poder central com os movimentos de base não implica por si mesmo nenhum enfraquecimento ou reforço do sistema político. Ele é importante, na medida em que mostra o aparecimento generalizado de movimentos sociais que tomam forma, não ao nível de uma coletividade política, mas dos próprios problemas sociais. Já é o que anunciava o internacionalismo do movimento operário, mas esta tendência à autonomia dos movimentos sociais com relação a sua expressão política (cuja contrapartida veremos mais adiante) adquire uma importância muito maior, reforçada pelo papel dos *mass-media* que se substituem à *intelligentsia* e às mediações propriamente políticas.

DIANTE DE UM APARELHO DE PODER CADA VEZ  
MAIS INTEGRADO, A OPOSIÇÃO TENDE A SER  
CONDUZIDA POR GRUPOS CADA VEZ MAIS  
ABRANGENTES

Esta proposta dá continuidade à precedente. Os conflitos principais estavam sempre ligados ao domínio meta-social que parecia governar a sociedade. A idéia de que a sociedade é dominada pela economia situava os conflitos fundamentais no setor do trabalho, do mesmo modo que, na sociedade que precedeu a sociedade industrial, o papel eminente da soberania política dava uma importância central aos conflitos sobre a cidadania e os direitos cívicos. Em cada sociedade parece existir assim um papel social privilegiado ao qual correspondem os conflitos fundamentais.

Esta situação desaparece na sociedade definida não mais por sua submissão a uma ordem meta-social, mas por seus modos de ação sobre si mesma. A dominação social sai aí de um domínio particular para integrá-los a todos. Neste tipo de sociedade um regime autoritário pode se tornar totalitário embora nada, evidentemente, imponha a tais sociedades terem um regime autoritário. Constitui-se por toda a parte um modo de gestão global que não pode se reduzir a uma política econômica. Os países que acreditam poder se transformar economicamente conservando ao mesmo tempo formas de organização social herdadas do passado, arriscam serem incapazes de penetrar profundamente na sociedade pós-industrial. É o que acontece com a Europa ocidental, que é bastante moderna economicamente para entrar na agilidade da sociedade americana, mas não o suficiente, socialmente, para se tornar um centro autônomo de desenvolvimento.

Gestão e controle sociais se aproximam, pois trata-se cada vez mais de administrar homens. As ciências sociais já deram à luz, há muito tempo, tecnologias, sobretudo na esfera econômica, onde a previsão e a planificação se assentam sobre uma informação econômica muito melhorada, orientando as decisões que às vezes podem ser até mesmo simuladas. O mesmo pode ocorrer no domínio propriamente social, onde as relações de ensino e de autoridade são transformadas sob a influência das ciências sociais. O fato de que as grandes empresas tenham

recorrido freqüentemente a formas caricaturais de intervenção psico-sociológica, não deve fazer crer que estas são inoperantes, que não passam de uma cortina de fumaça ideológica. Uma das linhas de demarcação mais nítida entre a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial é aquela que faz passar de uma separação entre a técnica e a cultura – aquela considerada produtora e esta considerada como reprodutora – a uma interdependência dos “fatores” técnicos e dos fatores humanos. A crítica dirigida desde o começo do século XX contra a racionalização tayloriana e o desenvolvimento da sociologia do trabalho teve e ainda tem fundamental importância ao impor, pouco a pouco, uma análise em termos de organizações e não mais em termos de empresas (concebidas de maneira puramente econômica ou como formas técnicas de produção).

Estas poucas observações não têm outra finalidade que a de explicar a transformação central dos conflitos sociais. Não é mais em nome do cidadão ou em nome do trabalhador que podem ser conduzidas grandes lutas reivindicatórias contra um aparelho de dominação que rege cada vez mais o conjunto da sociedade para orientá-la em direção a um certo tipo de desenvolvimento; é em nome das coletividades, definidas pelo seu existir mais do que por sua atividade. A reviravolta com relação às sociedades passadas é evidente. O *negotium* era a base reivindicativa das categorias populares, contra o *otium* da classe dirigente; esta é atualmente *negotium*, e não mais *leisure class*. Inversamente, os grupos que sofrem a dominação social defendem-se primeiramente por uma resistência global contra a manipulação. Contra uma dominação global, a resistência não pode ser limitada a um papel social; ela só adquire importância quando mobiliza o conjunto da coletividade.

Os estudantes podem representar um papel importante porque seu aumento numérico e o prolongamento da duração dos estudos criaram coletividades estudantis que ocupam um espaço próprio e que opõem a resistência de sua cultura e de suas preocupações pessoais ao espaço das grandes organizações que se impõem cada vez mais diretamente a eles.

Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixam de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária.

Nos lugares onde aparentemente é o mais combativo, como na Itália e na França, o movimento operário, através dos conflitos e das crises que podem ser violentas, obtém pouco a pouco uma ampliação dos direitos e da capacidade de negociação, portanto, uma certa institucionalização dos conflitos do trabalho. Nestes países os partidos comunistas ou socialistas tornam-se progressivamente movimentos “republicanos” ou “democratas” análogos ao radicalismo do fim do século XIX e visam à incorporação no sistema político de categorias sociais relativamente sacrificadas socialmente. Goldthorpe<sup>1</sup> e seus colaboradores deixaram bem claro que isto não significa um aburguesamento da classe operária; também não indica a manutenção ou a simples renovação do movimento operário. Este deixa de ser um personagem central da história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial.

Pode-se até mesmo observar que a maioria dos movimentos sociais que ocupam atualmente o cenário da história apóiam-se num “estatuto transmitido” e não mais num “estatuto adquirido” pelo ator. Fala-se do movimento das mulheres ou dos jovens, dos negros ou dos índios americanos, dos habitantes de uma região, de um país ou de um continente.

O erro seria acreditar que se passa de movimentos sociais a movimentos contraculturais: expressão bastante vaga e que se baseia numa interpretação, a meus olhos falsa, do significado de acontecimentos como os de maio de 68. Não se deve confundir o surgimento de utopias de um tipo novo e os movimentos sociais. Mas essas novas utopias são importantes porque indicam a direção na qual se formarão os novos movimentos sociais.

<sup>1</sup>Cf. *The Affluent Worker*, Cambridge University Press, 3 Vol., 1968-69. Trad. fr. abreviada, *L'Ouvrier de l'Abondance*, Seuil, 1972.

## OS CONFLITOS SOCIAIS E OS COMPORTAMENTOS DE MARGINALIDADE OU DE DESVIO TENDEM A SE ENCOBRIR

Tanto mais um aparelho de gestão tende a se impor ao conjunto da sociedade, mais as forças de oposição aparecem como minorias. Fala-se naturalmente de maioria silenciosa; não apenas a respeito dos países onde a oposição é submetida a pressões repressivas diretas, como a União Soviética, mas também a propósito de países capitalistas politicamente liberais. Paralelamente, e principalmente nos Estados Unidos, o conjunto das forças de oposição ou de resistência é resumido cada vez mais sob o nome *minorias*, que designam tanto os negros, os mexicanos-americanos ou os índios como os homossexuais ou até as mulheres, que se encontram em situação de minoria nas profissões superiores ou bem pagas. Espantosa reviravolta, tão espetacular como a do *negotium* e do *otium*. Antigamente ainda se designavam os detentores do poder como monarcas ou oligarcas. Falava-se das 50 ou das 200 famílias. E a recente concentração do poder econômico não deixa dúvidas, posto que os dirigentes das grandes empresas multinacionais detêm um poder cada vez mais expressivo. No entanto, quanto mais ganha importância a gestão dos sistemas técnico-sociais, mais a integração social torna-se um instrumento essencial do poder. Não considero aqui as sociedades que se mobilizam para recuperar o atraso e sair de sua dependência. Limite-me, ao contrário, às sociedades mais adiantadas, de tipo ocidental, que não precisam exercer uma tal mobilização ideológica e política. Neste caso a integração não parte do alto, do centro de decisão, mas de baixo: o consumo hierarquiza e integra, multiplicando as marcas do nível social. Nas próprias organizações outras forças de integração estão agindo. Todos os membros desses conjuntos que estão no centro da sociedade participam do poderio do sistema, não apenas por meio de salários mais elevados, como também por uma maior segurança do emprego, perspectivas de carreira, maiores vantagens sociais. Alguns se rebelam contra esta integração, particularmente em nome da iniciativa individual ou da racionalidade técnica, quando se trata de quadros, mas a maioria é muito sensível à proteção que representa a grande empresa ou seu equivalente. Os opositores não são aqueles que



decidem romper com estas organizações e suas vantagens, reação aristocrática bastante limitada, mas em primeiro lugar aqueles que são abocanhados pelo poder das organizações ou que sofrem sua dominação. Em muitos casos, a grande organização impõe a imagem da normalidade e da centralidade e constitui, assim, grupos marginais ao impor-lhes suas regras. Um dos exemplos mais importantes que ainda não recebeu suficiente atenção é o da saúde. Por toda a parte existe uma tendência muito forte a “medicalizar” problemas sociais. As dificuldades escolares de uma criança poderiam ser explicadas por sua origem social ou pela natureza das normas escolares. Ora, poderosas forças estão em jogo para fazerem esta criança aparecer como um doente. Isso pode aparecer como um progresso com relação a reações mais brutais, como acusá-la de preguiça ou declará-la não inteligente, mas trata-se evidentemente de um mecanismo de redução dos problemas sociais a problemas de marginalidade. Levando-se esta tendência ao extremo, encerram-se os oponentes políticos em hospitais psiquiátricos. Esta redução do conflito à marginalidade provoca, em retorno, a reinterpretação da marginalidade em termos de conflito. Viu-se a anti-psiquiatria pôr em questão a definição da loucura como desvio, e certas interpretações chegaram a identificar a loucura com o desejo e a libido reprimidos e quebrados pela organização social. Mais interessante ainda é ver aparecerem a reivindicação e o conflito onde apenas existia a repressão ao desvio. As revoltas de prisioneiros, freqüentes em muitos países, ultrapassam a simples discussão sobre as condições de internamento. A noção de ordem social que tende a se impor por toda a parte revela-se ao mesmo tempo como diretamente ligada à ideologia dominante e sendo portanto novamente questionada. O que remete a um tema anterior: o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte. Do mesmo modo como a distinção entre o produtivo e o não-produtivo não tem mais sentido, o das “instâncias” – econômica, política, ideológica – perde toda utilidade. Mas se os conflitos fundamentais tendem a aparecer em todos os domínios da vida social, segue-se que não há mais separação clara entre os conflitos e outros tipos de comportamentos de não-conformidade. Esta separação talvez estivesse ligada simplesmente à fase de tratamento negociado dos conflitos operários e portanto à

“atitude responsável” dos sindicatos e dos partidos. A evolução observada parece-me entretanto menos conjuntural. Quanto mais se remonta ao passado, maior é a distância entre as forças de oposição que antes de qualquer coisa são as novas classes dirigentes ascendentes, e as forças excluídas consideradas como impuras, criminosas, *out-groups*. Não vivemos nós, neste exato momento, o movimento inverso, a mistura do opositor e do desviado, lógico desde que o dominante impõe uma ordem e uma normalidade a toda a sociedade?

Isto muda profundamente a imagem habitual dos conflitos sociais. Do período da industrialização herdamos a imagem de dois adversários, a classe capitalista e a classe operária, frente a frente numa arena e com armas que são na verdade escolhidas pela classe dirigente, mas que não impedem que o confronto seja direto. A imagem que se impõe atualmente, ao contrário, é a de um aparelho central impessoal e integrador, que mantém sob seu controle, além de uma “classe de serviço”, uma maioria silenciosa que projeta à sua volta um certo número de minorias excluídas, fechadas, subprivilegiadas ou até mesmo negadas.

Pode-se imaginar a formação de guetos onde seriam colocadas as categorias rejeitadas pela segregação e que desenvolveriam subculturas ou anticulturas sempre dependentes do núcleo central. As comunidades de jovens que se multiplicaram durante um certo tempo são características da ambigüidade destes “marginais”; são locais de contestação global, mas também locais de retiro voluntário e dependente. Jovens e velhos caracterizados por sua não-participação nas grandes organizações não estão se organizando em centros marginais deste tipo? Os intelectuais, privados de seu papel de *intelligentsia*, tendem também a contestar a ordem social, contribuindo ao mesmo tempo para mantê-la por sua própria marginalidade. Parece cada vez mais difícil perceber diretamente conflitos fundamentais “puros”. Tudo se mistura, marginalidade e exploração, defesa do passado e reivindicação referente ao futuro.

## OS CONFLITOS ESTRUTURAIS SE SEPARAM DOS CONFLITOS LIGADOS À MUDANÇA

Na maior parte do mundo os problemas de desenvolvimento encabeçam todos os outros; as sociedades se definem mais por sua maneira de mudar de tipo de sociedade do que por problemas específicos de um tipo ou de outro. Nas sociedades industrializadas, porém, a realidade é inversa. Embora se encontrem em rápida transformação, elas vivem cada vez mais sincronicamente. O que também está ligado à amplificação do sistema político e ao desenvolvimento de uma sociedade e de uma cultura de massa. O que leva a se reconhecer os limites do crescimento. Tema essencial, pois rompe com o historicismo e o evolucionismo do século passado do qual ainda éramos tributários. Torna-se portanto cada vez mais difícil definir as forças de oposição como portadoras de um novo poder: a oposição deve se definir como tal, sem trazer em si mesma um modelo de sociedade e o gérmen de um novo Estado. A classe popular não pode mais ser identificada como um novo tipo de dirigente. Descobrimos que os conflitos de classes não representam mais os instrumentos de mudanças históricas. O que explica que tenhamos encontrado mais forças de resistência e de defesa do que uma capacidade de contra-ofensiva, mais uma situação conflitual do que conflitos.

Normalmente os grupos na defensiva eram levados à contra-ofensiva, seja por uma nova classe dirigente, seja por uma elite política e ideológica. Independentemente, as forças de conflitos não correm o risco de permanecerem puramente defensivas, enquanto o aparelho (de Estado) reinará como o Sol no meio da sociedade? Não é surpreendente verificar que na parte do mundo onde a oposição não é abafada, ela é dilacerada sem que apareça um movimento social geral análogo ao que pôde ser o movimento operário no coração do período precedente? No resto do mundo, ao contrário, a dominação dos grandes impérios faz com que o Estado se torne o principal agente de oposição, desde que a coletividade nacional seja independente.

Este tipo de mobilização coletiva, que deve permitir a um país ultrapassar uma nova etapa apesar dos obstáculos que se opõem ao seu progresso e particularmente apesar da dependência que ele sofre, não é da mesma natureza que os movimen-

tos sociais que se formam no interior de um tipo de sociedade pós-industrial. Do mesmo modo, não se pode confundir o movimento operário, oposição estrutural ao capitalismo, com a ação do Estado, seja ela revolucionária ou conservadora, de industrialização voluntária num país dependente ou subdesenvolvido.

Nestas condições, um conjunto de movimentos sociais ideologicamente coerente não pode adquirir um princípio de unidade que faria dele um possível gestor. O que unifica os movimentos sociais de oposição não pode ser nada mais que sua atitude de oposição.

O único princípio possível de unidade das forças de oposição e de resistência no tipo de sociedade em que entramos é sua ação crítica procurando constantemente quebrar a crosta das ideologias, das categorias da prática e dos papéis desempenhados, para reencontrar não a espontaneidade ou a natureza humana, mas a realidade das relações sociais. Essas sociedades estão condenadas a serem autoritárias, a serem aparatos, se não forem transformadas por esta atividade crítica, condição elementar da democracia. Diante do soberano a democracia foi política; diante do capitalismo ela teve de se tornar "social", ou seja, penetrar no domínio do trabalho, tornar-se democracia industrial. Diante do aparato governamental que comanda cada vez mais todos os aspectos da vida social, a democracia só pode ser abrangente e cultural, no sentido em que se falou de revolução cultural. O conflito portanto deve ser introduzido e reconhecido em todos os domínios da vida social e particularmente ao nível da organização social e cultural, portanto, da ordem estabelecida. Onde exista uma ordem, deve existir uma contestação da ordem, derrisória se ela visa criar uma contra-ordem paralela como quiseram as universidades críticas, mais dogmáticas do que as outras, mas fundamental na medida em que lembra que a ordem esconde interesses, conflitos – aquilo que está em jogo. Não vemos às vezes os agentes sociais tradicionalmente consagrados à formação e à transmissão da ordem social e cultural, como a escola, a igreja ou até mesmo a família, tornarem-se centros de refúgio e cada vez mais freqüentemente centros de contestação? Os conflitos em formação são cada vez mais dirigidos contra as "superestruturas" ou, para falar mais simplesmente, contra a ordem, pois o novo poder tem uma capacidade até então desconhecida de se dar uma aparência de ordem, de dominar o conjunto de uma organização social e as categorias da prática

social, em vez de ficar confinado em fortalezas, em palácios ou nos centros financeiros. Entramos num tipo de sociedade que não pode mais "ter" conflitos: ou estes são reprimidos no quadro de uma ordem autoritária, ou a sociedade se reconhece como conflito, é conflito, pois ela é nada mais que a luta de interesses opostos pelo controle da capacidade de agir sobre si mesma.

A esta unidade dos movimentos de oposição acrescenta-se um mecanismo mais positivo de unificação: a ação propriamente política. Conseqüência direta da separação já indicada entre o movimento social e o partido. Desde que o movimento não é mais a base ou a matéria-prima da ação de um partido, é preciso inverter a relação e reconhecer que os movimentos sociais só se constituem e se integram entre si na medida em que estão em relação com forças políticas que não são de modo algum seus representantes, mas que apóiam sobre eles sua estratégia. Movimentos sociais populares só podem se organizar dentro de uma estratégia política de "esquerda", mas estes movimentos sociais são e serão cada vez mais independentes dos partidos políticos. Estes fracassam se forem ideológicos; aqueles que se dividem, se dispersam, se não forem unificados estrategicamente, ou seja, a partir de objetivos propriamente políticos e portanto amplamente instrumentais mas em relação aos quais conservam sua liberdade e até mesmo mantêm sempre um papel de oposição ou de manifestação. Conseqüentemente, a forma de ação dos movimentos sociais dependerá cada vez mais das características do sistema político.

Em compensação, por mais espalhados que estejam, são portadores de um sentido global, de uma imagem da sociedade, e não se encontram de modo algum fechados no mundo limitado das reivindicações e das reformas. Se, portanto, o sistema político se fecha, submetido a um despotismo, os movimentos sociais conseqüentemente se dispersam e acabam por se confundir com comportamentos marginais ou de desvio.

A relativa importância dos movimentos sociais de base e de sua integração num nível propriamente político depende antes de tudo do grau de separação entre os problemas de desenvolvimento e os problemas próprios ao funcionamento de uma sociedade pós-industrial. Conseqüentemente, quanto mais uma sociedade tenha penetrado facilmente neste tipo de sociedade, maior é o papel do sistema político e de seus componentes, o que favorece uma forte diversificação dos movimentos de base

no espírito de uma *grass roots democracy*. Quando os obstáculos à entrada na sociedade pós-industrial são maiores, as instituições políticas são menos autônomas com relação ao Estado ou, ao contrário, com relação à burguesia estrangeira que dirige o desenvolvimento, e os movimentos de oposição são unificados, mais por uma ideologia de oposição social do que por uma estratégia política. Os dois casos correspondem talvez à oposição clássica entre sociedades modernas como a Suécia, os Estados Unidos, a Alemanha ou mesmo a Grã-Bretanha, e sociedades ainda muito heterogêneas com grandes setores arcaicos, como a França ou a Itália.

A idéia que domina as diferentes hipóteses que acabam de ser formuladas pode ser facilmente resumida. Uma sociedade pós-industrial não sendo nada mais senão o que faz e havendo suprimido qualquer recurso a essências, torna-se inteiramente campo de conflitos. Estes podem ou não ser negociados e limitados, conforme o estado da coletividade política considerada e de suas instituições. Idéia que se opõe evidentemente à opinião segundo a qual o enriquecimento acalmaria os conflitos e mais ainda àquela, demasiado superficial para merecer grande discussão, que anuncia a reabsorção dos "grandes conflitos" numa profusão de tensões, de estratégias e de negociações muito empíricas, puramente orientadas para a administração da mudança.

É essencial colocar a existência de um tipo societal e analisar seus conflitos estruturais. Pode-se recusar a separação aceita aqui entre sociedade industrial e sociedade pós-industrial; não se pode pensar que o único problema das sociedades mais industrializadas seja administrar a mudança. Os problemas do poder e da dominação social não desapareceram e os conflitos estruturais continuam a se ampliar à medida que o campo do sagrado se funde ao calor das transformações planificadas ou organizadas.